



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO – UAD
BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

ERIKA OSMARA ALVES BARBOZA

**O SERVIÇO SOCIAL E OS ESPAÇOS ESCOLARES: ressignificações na cidade
de Marizópolis – PB**

SOUSA-PB
2023

ERIKA OSMARA ALVES BARBOZA

O SERVIÇO SOCIAL E OS ESPAÇOS ESCOLARES: ressignificações na cidade de Marizópolis-PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande em cumprimento à exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Orientador: Prof.^a Maria da Conceição Silva Felix.

SOUSA-PB

2023

B238s

Barboza, Erika Osmary Alves.

O Serviço Social e os espaços escolares: ressignificações na cidade de Marizópolis-PB / Erika Osmary Alves Barboza – Sousa, 2024.
55 f. color.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2024.

"Orientação: Profa. Ma. Maria da Conceição Silva Felix."

Referências.

1. Serviço Social - Espaço Escolar. 2. Assistente Social. 3. Questão Social. 4. Lei 13.935/2019. 5. Resignificações na cidade de Marizópolis-PB. I. Felix, Maria da Conceição Silva. II. Título.

CDU 36:37(043)

ERIKA OSMARA ALVES BARBOZA

O SERVIÇO SOCIAL E OS ESPAÇOS ESCOLARES: ressignificações na cidade de Marizópolis-PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande em cumprimento à exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.^a Maria da Conceição Silva Felix.

Data da aprovação: ___13___/___06___/___2023___

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DA CONCEICAO SILVA FELIX**
Data: 14/05/2024 09:35:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Maria da Conceição Silva Felix

ORIENTADORA
Documento assinado digitalmente

 **LAIANE ELIAS DANTAS MARQUES**
Data: 14/05/2024 09:52:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Laiane Elias Dantas Marques

EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NILMA ANGELICA DOS SANTOS**
Data: 15/05/2024 11:04:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Nilma Angélica dos Santos.

EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A conclusão *de tudo isso* seria uma utopia, se não fosse tamanha a fé e a grandeza de Deus no que tange a força encontrada para continuar. Em meio ao caos, tudo se tornou possível a partir d'Ele. Seria impossível não o reconhecer em minha vida nessa trajetória e através dela, desde as pequenas — as grandes — mudanças. De início, veio a mudança de instituições, quando me vi impossibilitada de custear os 50% faltantes do Prouni: d'Ele veio a força e a resiliência para, em meio a tudo, conquistar. E segue sendo assim.

Depois do mérito, por si só, a Deus, minha mãe não ocuparia um lugar mais adequado se não o posterior a ele: Francineide Alves Rocha, que foi o meu Porto Seguro diante de tantas percas, encerramentos de ciclos e renovações em minha vida. Obrigado por nunca me abandonar ou desacreditar de mim quando nem eu mesma acreditava mais. Não erro ao dizer que a senhora e a minha irmã, Cinara Alves Rocha, são os meus pilares. Com vocês, sei que sou capaz de qualquer coisa e o mundo é pequeno demais para impossibilitar as (nossas) conquistas. Vejo em vocês, fusão de dom e arte, minhas musas inspiradoras. Sem vocês, eu nada seria. Sem o amor incondicional de vocês, tudo seria cinza. A minha vida é, de fato, colorida com vocês. Batalharam muito para essa — e outras conquistas — serem concretizadas. Nas vitórias, nas realizações, nos devaneios, nos altos-e-baixos vocês me ensinaram a ser forte e a lidar com as dores que não se saram mais com um beijo.

Se hoje sei a importância do Assistente Social na vida das pessoas e na sociedade, devo a Patrícia Karla, ex-coordenadora e docente da primeira instituição tal qual iniciei este curso. Tenho sorte de, na minha vida pessoal e profissional, ser abraçada por mulheres de caráter ímpar, que acolhem na mesma medida que ensinam, e esta não deixa de ser uma. Me incentivou durante o tempo que passei na graduação como componente do corpo docente e a partir dela, entendi a necessidade de pessoas a frente do curso e da profissão que buscam os direitos sociais defendidos e valorizados. Patrícia, sua aposta e crença em mim e no meu potencial foi o ponto nevrálgico que me trouxe até aqui. A você, meus mais sinceros agradecimentos.

Li em algum lugar uma vez que os nossos sonhos precisam ser lapidados ao ponto de não desistirmos deles por conta das circunstâncias que surgirão ao longo do caminho. Que merecem a sombra daqueles que souberam

passar pelo sol — e quais sementes souberam plantar pelo trajeto. Patrícia foi a semente plantada e você, Conceição, foi a sombra que surgiu depois de regá-la. A sua paciência, condução e instrução comigo neste TCC foram os pilares para a realização da conclusão dele com maestria e qualidade. Foi mais que um prestígio a ter como docente, docente-orientadora e claro, amiga. Obrigado.

Ao docente Regis que me inspirou, de certa forma, a não desistir da graduação. E me fez entender que concluir essa pesquisa e temática, eram uma boa ideia. O senhor, mais do que ninguém, me fez entender uma frase que li numa traseira de caminhão em algum momento da vida tal qual não me recordo agora, “toda tragédia na vida é uma comédia se vista de longe”.

Fã de frases de efeito como eu, teria me perdido no ápice de minha imaginação, se não fossem os apoios que fiz ao longo da vida — e por causa dela. “amigos são a família que escolhemos”. E nunca vi tamanha verdade. Além da família, amigos são aqueles que vamos estabelecer os vínculos mais duradouros e significativos das nossas vidas. Por isso, qual seria a graça da realização pessoal se não tivéssemos com quem comemorá-la? Diante de tamanha afirmativa, essa alegria não poderia jamais ser compartilhada se não fossem a família que a vida me deu: Davi Cavalcante, Valter Lacerda, Aline Cibele, Samara Santana, Daniela Garcia e, por último, mas não menos importante (nunca), Wanderson Ramos. Conseguimos.

RESUMO

Desde a elaboração da Lei 13.935/2019, as reformas do ensino e a contribuição de outras ciências no espaço escolar, a Assistência Social se difundiu nestes aspectos como importante contribuinte no desenvolvimento humano e nas metodologias para lidar com a questão social. A escola tem um papel de destaque entre o meio social, pois entende-se que ela vem sendo desafiada cotidianamente para articular o conhecimento que é desenvolvido no contexto escolar a partir das vivências e aspectos sociais do alunado. Quando, ainda na década de 1930, defendeu-se uma educação com qualidade e gratuita para todos os cidadãos, a escola teve como objetivo conhecer e tratar das diversas realidades sociais desses alunos, servindo como ponte para unificar escola e família. Concernente a isso, realizou-se uma pesquisa histórica, a metodologia envolve a investigação de fontes documentais, envolvendo o regimento interno, o número de escolas e seus espaços, os níveis ofertados, mapeamento e articulação da rede intersetorial, adequação das atribuições e competências profissionais ao âmbito escolar, Plano de Ação com possíveis atividades a ser desenvolvidas, uso das legislações, bem como a literatura específica do Serviço Social relacionados a área da Educação. Realizados os processos, conclui-se que, o assistente social com seu conhecimento a respeito dos direitos dos cidadãos, poderá fazer a mediação na relação entre a escola e comunidade, contribuindo assim, para que a instituição de ensino conquiste sua função social e assegurando os direitos fundamentais da população.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social. Questão social. Lei 13.935/2019. Espaço escolar.

ABSTRACT

Since the enactment of Law 13,935/2019, the educational reforms, and the contribution of other sciences in the school environment, Social Work has spread its influence in these aspects as an important contributor to human development and methodologies for addressing social issues. The school plays a prominent role in society, as it is constantly challenged to connect the knowledge developed within the school context with the experiences and social aspects of the students. As early as the 1930s, when the aim was to provide quality and free education for all citizens, the school aimed to understand and address the diverse social realities of its students, serving as a bridge between school and family. In this regard, a historical research was conducted, employing a methodology that involved investigating documentary sources, such as internal regulations, the number of schools and their spaces, the offered educational levels, mapping and coordination of intersectoral networks, adaptation of professional roles and competencies to the school context, an Action Plan outlining possible activities to be developed, utilization of legislation, as well as relevant literature in Social Work related to the field of Education. Following these processes, it is concluded that the social worker, with their knowledge regarding citizens' rights, can mediate the relationship between the school and the community, thereby contributing to the school fulfilling its social function and ensuring the fundamental rights of the population.

KEYWORDS: Social Worker. Social issue. Law 13.935/2019. School environment.

SIGLAS

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais

ABRAPEE – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

ABPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BA – Bahia

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEP – Código de Ética Profissional

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CFP – Conselho Federal de Psicologia

DF – Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Diretrizes e Bases da Educação

MG – Minas Gerais

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNE – Política Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Este TCC

é dedicado

a 7 pessoas:

a Francineide,

a Cinara,

a Allan Ryan,

a Rhayssa,

a Maria Conceição,

a Eliene

Lacerda e a

você,

que decidiu que lê-lo

seria uma

boa ideia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR	15
1.1 a defesa do projeto ético-político profissional no espaço escolar...	19
2. A LEI 13.935/2019: ASSEGURANDO O SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS	28
3. O ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO: DA PRÁTICA, DA VIVÊNCIA E DAS CONTRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NOS ESPAÇOS ESCOLARES	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
ANEXOS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

Salienta-se, dentro do espaço acadêmico, refletir sobre o papel do Assistente social em âmbitos que o instigue a prática com maestria. Dessa maneira, vê-se a importância das reflexões acerca do Assistente social nos espaços escolares afim de criar um referencial importante no que tange a essa área. Dessa forma, o trabalho de Herschmann (1996) evidencia que é possível relacionar diferentes enunciados de um grupo de pessoas e/ou de um conjunto de obras em torno de categorias, desde que a comunicação comporte qualidades comuns, entre as quais se destacam: temas ou objetos; estilo; regras ou leis.

Para a sociedade é uma forma de ressaltar a importância e compreender o papel da equipe multidisciplinar nas escolas, para a Universidade, através do projeto de pesquisa, é um modo de viabilizar informações a respeito do tema com publicação das produções do grupo em eventos científicos através de comunicações, além de promover eventos acadêmicos e científicos que possibilitem a aproximação com a temática.

Esta pesquisa objetiva analisar o trabalho do assistente social nos espaços escolares através da observação, também, do percurso histórico da política nacional referente à educação. Se compreende que o trabalho do assistente social na escola é pertinente através das oportunidades e situações presentes na relação escola-e-comunidade, medidas através das situações de vulnerabilidade social e violência familiar, tendo como ponto nevrálgico a contribuição de diminuir essas situações a partir de estratégias, além do vínculo considerável com movimentos sociais na defesa de políticas públicas para uma educação com qualidade.

Tendo em vistas as discussões iniciais propostas, o trabalho se associa às pesquisas históricas desenvolvidas na mesma dialógica do assunto proposto, o que me fez ter um interesse na discussão acerca dos métodos de inserir o Assistente social no contexto escolar, objetivando, de forma parcial, trazer mais experiências somatórias a pesquisa. Todo este processo se desenvolveu mediante análises metodológicas vivenciadas a partir do estágio supervisionado em Serviço Social numa escola do município de Marizópolis que, por questões éticas, não será revelado o nome. Sendo assim, o trabalho busca

responder a seguinte questão: “Quais saberes autorizados foram difundidos pelo Serviço Social no contexto escolar, mais precisamente, a partir da minha vivência no município de Marizópolis – PB, com vistas a promover novos métodos de veicular essa ciência tão necessária para o desenvolvimento humano dada em relação a questão social? Quais metodologias podemos inserir na busca de desenvolvimento do ser a partir dos processos escolares? A partir de que podemos relacionar escola-social e comunidade?”

Para tanto, faço um mapeio que realiza essa mediação e mensura desde o aspecto norteador do que se trata o Serviço Social e a Instituição Escolar, analisando as políticas de inclusão, os seus segmentos, as Leis, a veiculação – e a importância desta – com a escola: os pontos fortes, e a partir disto, complemento com a minha experiência pessoal dentro de uma realidade específica já situada, trazendo pontos negativos e positivos pelos quais podemos intervir (ou se apropriar dos métodos sugeridos e, antes de mim, usados). É parte da minha experiência profissional, a análise da questão social e em como ela se desenvolve nos espaços escolares. Referencio leis específicas que tratam da nossa profissão e concluo com pontos sugestivos para uso daqueles que, como eu, buscam desenvolver a ciência da Assistência Social nesses espaços.

Constituindo uma pesquisa histórica, a metodologia envolve a investigação de fontes documentais, envolvendo o regimento interno, o número de escolas e seus espaços, os níveis ofertados, mapeamento e articulação da rede intersetorial, adequação das atribuições e competências profissionais ao âmbito escolar, Plano de Ação com possíveis atividades a ser desenvolvidas, uso das legislações, bem como a literatura específica do Serviço Social relacionados a área da Educação, tanto quanto a construção de instrumentos indiretos a serem utilizados nos espaços necessários: a escola e a sua relação com a comunidade local, além, do entrosamento dos alunos com a instituição específica.

Tendo por categorias “criança”, “infância”, “contexto escolar”, “Assistente social”, “programa” e “(re)organização escolar”, o tratamento discursivo-analítico das categorias se orienta na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), almejando à inferência e à interpretação de palavras-chave e expressões que compuseram a realidade escolar e a inserção da ciência social nestes

espaços pedagógicos. Tratou-se de um estudo de metodologia qualitativa exploratória realizado por meio de estudo bibliográfico e documental, onde foram consultados o Regimento Interno e o Plano de Ação da Escola, bem como a literatura específica do Serviço Social relacionados a área da Educação.

Nesse sentido, foram utilizados as técnicas e os procedimentos de pesquisa da “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977), quando em observância à leitura, à inferência e à interpretação das mensagens discursivas. Dessa forma, o trabalho de Herschmann (1996) evidencia que é possível relacionar diferentes enunciados de um grupo de pessoas e/ou de um conjunto de obras em torno de categorias, desde que a comunicação comporte qualidades comuns, entre as quais se destacam: temas ou objetos; estilo; regras ou leis.

Assim sendo, por meio da análise de conteúdo e da categorização de “temas”, “expressões” e “palavras-chave”, os métodos e as propostas do Assistente social institucionalizado nos espaços escolares foram examinados, de forma a evidenciar as relações de semelhança e distanciamentos em face aos saberes objetivados e proclamados pela visão educacional e a relação desta com a comunidade em face ao desenvolvimento humano em sua totalidade.

Realizados esses procedimentos, conclui-se que refletir e discutir sobre a importância – e o – papel do Assistente social nas realidades escolares é de extrema importância, considerando que esta atuação, desde o início de seu desdobramento, visou à construção de um espaço transformador, explorador e, especialmente, pairando na ideia de um novo homem social para uma sociedade mais abrangente e política.

1. O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

O Trabalho do assistente social no espaço escolar busca refletir a vinculação sócio-histórica do Serviço Social com a educação dada as múltiplas possibilidades de intervenção e de metodologias. Claro que, de imediato, esse vínculo passou, inicialmente, por um viés mais conservador, que tratava de uma cultura meramente reprodutora da ideologia baseada na dominação das classes, usando da educação social como moeda de troca, buscando reproduzir as relações sociais nos espaços escolares como uma ideia individualista e não permitindo a percepção da realidade, afim de não desenvolverem no ser social uma autonomia capaz de se “rebelar”.

A expressividade presente na questão social (a falta de condições financeiras, moradias precárias, violência doméstica, bem como repressões psicológicas e falta de afetividade, analfabetismo dos pais, podem comprometer o processo de ensino-aprendizagem) na escola tornou-se um ponto nevrálgico para esta pesquisa, pois, ao constituir esse espaço como sendo também de atuação do assistente social e, além disso, pela tentativa de não esquecer a marca histórica de classe deixada na educação através do tempo. É preciso intervir no crescimento das demandas sociais, que surgem (e aumentam) ao mesmo tempo em que a questão social antecede a desumanização de todas as formas possíveis e o espaço escolar não é um lugar de isenção destas situações e contingências.

Para um aprimoramento do termo, dado pelo Serviço Social às manifestações das expressões da “questão social” e a forma tal qual se apresentam no debate para compreender as relações dessas manifestações com a raiz comum da “questão social” brasileira, me sobressaio à literatura profissional que foca o seu debate na perspectiva escolar. Nessa direção, a discussão que traz referência às manifestações das expressões da “questão social” presentes em escolas aponta diferentes e diversificadas manifestações. A partir dessa “seleção” e delimitação, o panorama das principais pode ser apresentado a partir de um viés: violência, preconceito, problemas de ensino-aprendizagem, violação de direitos e gravidez na adolescência.

Isto nos é apresentado como manifestações da violência às brigas, indisciplinas, xingamentos, práticas discriminatórias, ameaças, em resumo, agressões, seja ela de forma verbal ou física. Outro exemplo defasado está nas situações de violência no contexto familiar, que se configura, nos aspectos da Lei, como violência doméstica sofrida tanto pelos alunos como quanto por quem está inserido no contexto destes. As imposições autoritárias da escola, as hierarquias, por vezes presente em turmas, as disputas de poder e a interferência de gangues também são apresentadas como desenvolvimento (ou surgimento) da violência dentro da escola.

No que tange aos problemas de ensino-aprendizagem, se revela, por exemplo, o alto índice de indisciplina dos estudantes, o desinteresse discente pelos estudos, contribuindo para um baixo rendimento, a evasão escolar e a baixa quantidade de estudantes por classe. Esse contexto acaba, por muitas vezes, remetendo a desistência do ano letivo, o que influencia, de certa maneira, para a distorção idade-série, evasão escolar e o analfabetismo funcional. A gravidez na adolescência desenrola situações preocupantes nesta fase de desenvolvimento, visto que ocasiona num acúmulo de faltas, evasão/interrupção da realidade escolar e, claro, baixa autoestima em virtude do preconceito e exclusão das garotas presentes nesta realidade.

O trabalho do/a Assistente social na escola necessita de uma ampla compreensão do significado deste profissional atuar nesses espaços. Isto pois, convém considerar antes de relacionar o Serviço Social e a Educação, o desenvolvimento do trabalho a partir das mudanças que surgem através da relação com a sociedade e os problemas que perpetuam o ambiente escolar. Para que isso ocorra, as políticas públicas que reafirmam tratar do combate à pobreza as quais articulam a aquisição e manutenção dos benefícios à presença das crianças nas escolas e ao estranhamento dos professores diante das expressões da questão social que foge à sua competência (ALMEIDA, 2007).

Através disso, é correto afirmar que os métodos desenvolvidos dentro da escola e na educação em geral devem buscar entender a forma como o cotidiano escolar está repleto de situações opressoras ou de desenvolvimento parcial da comunidade, mas, é necessário desenvolver na observação quais contextos estão ganhando força dentre estes próprios, nessas relações.

Questões e situações que precisam ser analisadas pelo profissional levando a considerar os determinantes externos e internos. Um dos exemplos que pode ser aplicado como medida é justamente a observação de mecanismos e métodos internacionais no que concerne à educação que os preparam (ou não) para a realidade em sociedade.

Santiago e Silva (2019) afirmam que:

As proposições da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO-1945), do Banco Mundial, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF-1946), servem de parâmetro para a política de educação em muitos países, dos quais o Brasil é signatário. É importante que os profissionais estejam atentos, identificando de forma crítica os valores sociopolíticos das agendas e metas das organizações, suas possibilidades e implicações na educação e na sociedade. Assim como não deve furtar-se de conhecer e analisar os mecanismos nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Política Nacional de Educação (PNE), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de onde resultam as bases para a educação no Brasil (SANTIAGO; SILVA; 2019, p. 5).

O espaço escolar é muito operacional, tal qual a interação com o meio é constante e diária o que traz uma necessidade maior de respostas rápidas e dinamicidade do corpo escolar como um todo que, em sua maioria, é composta por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. Todavia, o trabalho do assistente social deve compreender, “a interdisciplinaridade, a reciprocidade, e complementariedade entre os saberes, funções, competências e ações que se realizam no meio escolar” (AMARO, 2017, p.114).

Outra característica importante no trabalho desempenhado pelo assistente social e citada por Amaro (2017) se refere ao conhecimento profissional necessário no que tange à escola e à comunidade tal qual ela está inserida, suas necessidades e emergências, o espaço materializado das outras políticas como o sistema disponível para a saúde, a segurança, a economia e oportunidades locais. Somente assim se poderá traçar metas e diagnósticos junto aos demais profissionais, trazendo estratégias possíveis de tratar com eficácia os problemas escolares.

Neste sentido deve-se privilegiar conhecer a escola em sua completude, pesquisando suas origens, por que se instalou-se na localidade em que está, como se relaciona com a comunidade e as

organizações vizinhas, bem como quais as dificuldades, necessidades e prioridades de seus interlocutores (gestores, alunos professores, funcionários, pais e demais segmentos da comunidade que convivem na escola) (AMARO, 2017, p 114).

É preciso conhecer a performance escolar, do que ela dispõe no que tange as condições de saúde, segurança, emprego, expressividade cultural dos estudantes e da comunidade, assim como a sua própria apreensão no que se refere a política educacional e das demais políticas sociais que são similares e proporcionam atitudes mais eficientes diante da realidade escolar. Por isso, é possível afirmar que o exercício da profissão não deve jamais se isentar na busca e aplicação de suas atividades de acordo com o Código de Ética Profissional e com o Projeto Ético Político. Nem tampouco desvalorizar o conhecimento desenvolvido no e disponibilizado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP).

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABPSS (1996), que estabelece na formação profissional o “o tamanho das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade”, o que ressalta o método do exercício como competente e necessário no âmbito escolar compreendido na pesquisa como um pressuposto interventor. De tal forma, a competência profissional se compreende como a inserção da realidade no que tange a disputas de interesse divergentes, de condições que impulsionam e outras vezes inflexionam resultados, (CFESS, 2009) “[...] faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também os avaliar, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais [...]”.

O CFESS (2011/2014) identifica alguns métodos específicos que devem referenciar o trabalho profissional na escola,

1. São as abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação [...].
2. Intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora [...].
3. A dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional não deve estar desvinculada das demais dimensões do trabalho profissional [...].
4. A dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos

espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação [...] 5. A dimensão pedagógico interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços, e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social, [...] 6. A dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, [...] (CFESS, 2011-2014).

A abordagem individual aos alunos e suas respectivas famílias não deve nunca ser caracterizada por um atendimento assistencial raso, que busque sanar apenas necessidades pontuais. Não se pode deixar em segundo plano toda a abordagem coletiva escolar. É preciso, também, nos articularmos de movimentos sociais na busca pela educação pública e gratuita com qualidade.

1.1 a defesa do projeto ético-político profissional no espaço escolar

Saviani (1999) teorizava que a educação se dividia em duas categorias, as teorias não-críticas: a pedagogia tradicionalista, que defendia a universalização da educação reforçada na igualdade jurídica entre os indivíduos fruto de um contrato social, sendo a ausência de escolas o real motivo pela falta de conhecimento (ignorância) da população; e a nova pedagogia, tal qual o processo educativo se transmitia do educador para o educando, aqui a educação é pautada como forma de desmembrar a marginalidade social; a tecnicista que viabiliza a racionalização do processo educacional enquanto transformadora da mão de obra. A segunda refere-se as teorias crítico-reprodutivistas que,

[...] são críticas, uma vez que postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionantes sociais. Há, pois, nessas teorias uma cabal percepção da dependência da educação em relação à sociedade. Entretanto, como na análise que desenvolvem chegam invariavelmente à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere [...] (SAVIANI, 1999, p.27).

As teorias educacionais, quando tratadas dessa forma, excluem as possibilidades quanto ao potencial da educação transformar e modificar a realidade não tão somente das classes dominantes, mas, livre de conflitos, se constituindo como mero instrumento de aplicação. O que Saviani (1999) identifica a escola no processo histórico e função social definida.

Mesmo que observada a ideia de educação, não é possível pois desfazer-se dela enquanto voltada a burguesia, todavia, de suas especificações de espaço e de reproduções sociais. Uma vez que, historicamente, disseminou um padrão de comportamento e concepção de vida a partir da sociedade e das classes dominantes, o desmerecimento e exclusão das populações mais pobres e a sua permanência nessas condições.

O conceito da evolução histórica como um resultado das lutas de classe nos mostrou, com efeito, que a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência (grifos do autor) [...] (PONCE, 1991, p. 169).

Portanto, é correto afirmar que a educação, através de seus próprios conceitos e pressupostos pedagógicos, construiu a sua própria dominação, disseminou diferentes educações – e classes. Enquanto existia uma educação voltada para a formação de gerentes e cargos de chefia, existia a formada exclusivamente para a execução do trabalho, a mão de obra barata e mecanicista – remetendo a desvalorização dos trabalhos manuais. Ou seja, mesmo quando leis e projetos foram elaborados considerando os mais pobres, como a universalização da educação e a descentralização da responsabilidade do Estado pela mesma, os fins estavam meramente interessados na e pela necessidade da exploração social voltada a mão de obra barata e baixa autonomia, atendendo a ideia capitalista de uma formação que não se revoltasse contra a própria ideologia que os formou.

Acontece que a escola forjada no seio desta sociedade de classes, em que a burguesia exerce sua exploração sobre a classe subalterna, não tornará simples sua transformação, assim como não se deve estritamente à educação as formas de manipulação das classes dominadas, como não carrega ela em si mesma, instrumento de transformação, sem que em certa medida a própria sociedade seja transformada, quando a estrutura e as relações forem modificadas, esclarecendo, “nenhuma reforma pedagógica fundamental pode impor-se antes do triunfo da classe revolucionária que a reclama,” (PONCE, 1991, p. 169, grifos do autor in SANTIAGO; SILVA, 2019, p. 8)

Abreu e Cardoso (2009, p.1) enxerga a atividade do assistente social comportada de ações “educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir também entendido como

sociabilidade”, designando-se a partir da forma de vida e desenvolvimento de uma sociedade, de como ela se produz e se relaciona com o mundo, como ela produz música, roupa, comida, como se expressam nos comportamentos. Desta forma, a ação do assistente social possui uma dimensão política que está presente nessa intervenção.

No que tange a instrumentalidade enquanto parte do exercício profissional, se refere “a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão” que no exercício da função qualifica a ação, dando significado aos resultados e alterando as condições dos espaços tais quais se inserem, neste caso, a Política de Educação (GUERRA, 2000, p.1, grifos da autora).

Para que o exercício da função do assistente social aconteça tanto no âmbito educacional como em qualquer outro espaço de atuação, as atribuições e competências são orientadas e norteadas pelos princípios, deveres e direitos que estão inscritos no Código de Ética Profissional (CEP), de 1993, e na, já então referenciada, Lei de Regulamentação de Profissão, nº 8662/93 (CFESS, 2012, p. 26). O CEP organiza-se através de um conjunto de valores, deveres, princípios e delimitações que norteiam o comportamento moral e profissional e oferecem parâmetros para ações exercidas no dia-a-dia. Este Código representa a dimensão ética da profissão, como afirma PIANA (2009), “com seu caráter normativo e jurídico, delinea referências para o exercício profissional”.

Vale a ressalva que o Assistente social é um profissional que tem como objeto de estudo a questão social em sua totalidade e expressividade. Sua atuação voltada ao contexto escolar irá servir de contribuição para, como reafirma MARTINS (2012):

Efetivação da democratização da educação, ampliando o acesso da população à escola pública, a participação efetiva da comunidade escolar nas esferas de poder decisório da escola, bem como a parceria da escola com a família, a comunidade e a sociedade (MARTINS, 2012, s/p).

Portanto, o Serviço Social, nessa perspectiva, possibilita o desempenho de uma função importante, pois, mesmo que nesse espaço distinto do habitual, garantirá os direitos e deveres da população tal qual se limita. É

preciso aprender e compreender toda a trajetória política educacional para sua posterior absorção. Para tanto, o assistente social precisa estar a par da legislação vigente e a efetivação de forma coesa acerca dos princípios e diretrizes de um projeto atual que visa e se defende uma ética política profissional.

No que concerne a essas políticas públicas na área de Educação, e também, as ações voltadas para a educação básica são essenciais pois, em um contexto contemporâneo, como afirma LESSA (2013), “a educação influencia e é influenciada pela produção e reprodução das relações sociais, sendo objetivada nas vidas humanas”; portanto, no âmbito educacional, assim como na formação em sua totalidade, tende-se a discutir a criticidade e autonomia dos alunos para um melhor desenvolvimento do indivíduo como ser coletivo. Quando em comum acordo (educador e servidor), a articulação é essencial especialmente no que se refere a sua concretização de forma coesa, buscando sempre solucionar problemas sociais que envolvam as famílias, tentando com isso, ações conjuntas que incida os resultados e que tratem de tornar a qualidade de vida desses familiares.

Pode-se afirmar que a presença dos assistentes sociais nas instituições escolares não possui muita representatividade quantitativa. Dar-se-á décadas desde que registros foram feitos desses profissionais atuando em espaços escolares. Por isso, é de extrema necessidade que o profissional do Serviço Social, nos espaços escolares, saiba trabalhar com projetos e exercícios que visem a prevenção e não tão somente discutir problemas sociais sem apresentação de soluções.

Acredita-se que o maior ponto de atuação/contribuição do Serviço Social para com os espaços escolares esteja na aproximação das famílias para estes espaços educacionais. É intervindo no contexto familiar, através de ações ou diálogos com os pais, que se reafirma a importância da relação escola-família-aluno. O assistente social pode identificar os fatores sociais, culturais ou econômicos que justificam uma problemática no que tange a comunidade-escola e, posteriormente identificações, trabalhar com métodos que previnam estes, no intuito da sanção do ciclo repetitivo de problemas.

O Assistente social precisará trabalhar com ações educativas, entendendo que a educação vai se idealizar mediante pressupostos que visam garantir os direitos sociais que, conseqüentemente, pode apresentar um desdobramento do conceito de educação impregnado na agremiação atual.

Desta maneira, a prática destes Assistentes nos espaços escolares pode atribuir-se na ideia de melhoria nas condições de vida dos alunos e famílias valorizando a leitura de mundo e conhecimento inicial destes, os entendendo como seres individuais e autônomos, que se dissociam um dos outros e os desenvolvimentos destes a partir da relação família-escola-comunidade, um favorecimento para abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisivos da escola (os conselhos de classe, as reuniões e planejamentos dos professores e gestores), ampliação do agrupamento de informações e conhecimentos no que tange ao conhecimento social na comunidade escolar como um todo, estímulo da vivência e aprendizado do processo democrático nos espaços escolares tal qual a sua função social voltado para a comunidade, fortalecimento das ações coletivas e de vínculos e da escola e comunidade, etc.

Refletir sobre Educação e Serviço Social implica refletir no papel do assistente no ambiente escolar. Dessa maneira, DENTZ (2015) afirma que “a relação e a própria inserção da categoria profissional do Serviço Social na Educação se deu frente ao processo constitutivo dessa categoria no Brasil”. Nesta compreensão, cabe ao profissional que atua com o Serviço Social nos espaços escolares, desenvolver atividades técnicas profissionais. Para que ocorra êxito na relação do assistente social com a escola, é preciso um envolvimento ativo e reagente dos professores e de todo o corpo escolar objetivando atender as necessidades do alunado. Frente a essas questões sociais que se manifestam na escola, há a necessidade de ações interdisciplinares (apresentam-se como uma tendência nas diversas áreas de conhecimento, com o propósito de discutir, e até mesmo solucionar problemas que atingem a humanidade, sejam de natureza política, econômica, social, científica, ambiental, tecnológica ou educativa.) que não fazem parte, particularmente, da escola, ações essa que permeiam o papel do assistente social.

Portanto, é preciso que o Assistente social atuante nos espaços educativos, permaneça atento as diretrizes legais que garantem e protegem os direitos dos estudantes e que busque, incessantemente, atender as suas necessidades mais essenciais. Na escola, essas diferenças encontradas não devem constituir um fator de isolamento/exclusão, pois cabe a ela (escola), respeitar a diversidade e distinções do ser enquanto indivíduo, visando o seu desenvolvimento, independentemente de suas necessidades – ou diferenciações.

No Estado da Paraíba, mais precisamente em 1920, ocorre uma mudança significativa no que diz respeito a educação: as propostas e metodologias da Escola Nova. Tais propostas orientavam a educação escolar paraibana e idealizava uma reforma na perspectiva da organização (e reorganização) escolar. Para tanto, o que se compreendia enquanto necessidade da criança e seu desenvolvimento, passou, também, por um processo de modificação.

Parece a muita gente impossível que uma criança de 3 anos arranje flores em um vaso, procurando depois colocá-lo sobre a mesa em posição de maior realce... Isto se faz diariamente nos “jardins”, onde as crianças se acostumavam a lidar com as flores, apreciando-as, cultivando-as, colhendo-as com a cautela de quem conduz coisas muito frágeis e preciosas... (ALICE, 1932, s/p, digitalização minha).

O que se esperava construir enquanto ensino escolar (e método organizativo) neste novo modelo era a autonomia da criança, fazendo com que estas, através dos pressupostos de ensino corrente, pudessem desenvolver-se em sua totalidade ao mesmo tempo em que se permanecessem crianças, não deixando de lado as coisas infantis. Ou seja, as vivências e compreensões enquanto crianças. Novos conceitos passam então a ser postos em práticas pelo professorado da época, com o intuito da eficácia da sugestiva.

Desde então, a escola tem um papel de destaque entre o meio social, pois entende-se que ela vem sendo desafiada cotidianamente para articular o conhecimento que é desenvolvido no contexto escolar a partir das vivências e aspectos sociais do alunado. Quando, ainda na década de 1930, defendeu-se uma educação com qualidade e gratuita para todos os cidadãos, a escola teve

como objetivo conhecer e tratar das diversas realidades sociais desses alunos, servindo como ponte para unificar escola e família.

A escola passa a ser então a reprodução de todas as classes sociais, isto pois, em seu interior, comporta-se de vivências, culturas e sociedades distintas, mas que, residem num mesmo contexto tal qual complementam-se, ao mesmo tempo em que, discordam entre si. E, ademais, a escola busca desempenhar o papel de preparar os discentes para a vida em sociedade, buscando desenvolver a autonomia, criticidade, moralidade e ética de todos os quais estão inseridos nela. Por esses fatores, dar-se-á a importância da participação das famílias nos projetos e desenvolvimento da instituição escolar: nas reuniões e leituras das Atas, na construção do PPP (Projeto Político Pedagógico), nas reuniões de pais e mestres, etc., pois, a partir deste contato, não somente os alunos aprenderão a visão política da sociedade e seus valores, como também, os seus familiares também terão esse norteio do que se defende como escola-e-sociedade a partir do contato discutido.

Para que a escola consiga exercer o papel político nos aspectos idealizados enquanto autonomia, ela precisa desenvolver o aluno em sua totalidade: o seu senso crítico, o cognitivo, o senso motor e a sua autonomia enquanto cidadão, precisando estar não somente ligada ao discente em desenvolvimento, mas, também, faz-se necessário estar agregada a realidade da comunidade na qual ela (instituição) está inserida. Para tanto, deve, como defende ALMEIDA (2000): “respeitar a realidade social, cultural e econômica dos seus alunos e, partindo dela, a iniciativa de propiciar a participação da família no processo sócio pedagógico da escola”.

Assim sendo, a implantação do Serviço Social na escola, deve ocorrer no que tange a ações que, positivamente, tornem a educação uma prática inclusiva, que busque formar e educar a partir do pressuposto de uma formação voltada a cidadania e a ascensão dos sujeitos sociais. Para esse fim, tanto a escola quanto o Serviço Social, precisam trabalhar diretamente com o conceito de educação aplicada a realidade social da comunidade, buscando a partir desta inserção mútua, a possibilidade de tornar o alunado consciente e crítico ao domínio de sua própria realidade.

Amaro (1997) discute que

Educadores e Assistentes Sociais compartilham desafios semelhantes, e tem na escola como ponto de encontro para enfrenta-los. Tem-se a necessidade de fazer algo em torno dos problemas sociais que repercutem e implicam de forma negativa no desempenho do aluno e leva o educador pedagógico a recorrer ao Assistente social.

Ressalvo que o Servidor Social, mesmo que inserido na escola, não desenvolve funções que irão substituir aquelas exercidas pelos profissionais da Educação. As contribuições, por mais que idealizem um ponto em semelhante a ser desenvolvido e realizado, ainda assim, tem-se funções tal qual convergem. A contribuição do Assistente social se desdobra no sentido de auxiliar a escola e os profissionais desta, no confronto a questões pertinentes a ideia de formação e do fazer profissional do Assistente social, questões estas que, muitas vezes a escola não sabe como imiscuir-se.

Mesmo que a área da Educação tenha os seus profissionais preparados para as divergências no cotidiano escolar, o Serviço Social permanece sendo uma profissão que trabalha também o sentido educativo de transformar realidades e desenvolver o senso crítico nas consciências, proporcionando novas discussões, ressignificando os trabalhos interpessoais e os em grupo. Portanto, o papel do assistente social é veiculado a propagação de informações, trabalhando junto ao professorado, a conscientização e a linguagem social. Arrisco dizer que o trabalho a ser desenvolvido nesses aspectos conecta-se as ideias de estratégias de proposição e intervenção nas realidades escolares e em suas comunidades, tentando conceituar a visão de integralidade e coletividade humana, tentando, com isso, reintegrar o sentido da apreensão e a formalização do saber escolar, mediante a propagação dos conhecimentos.

Sabe-se que, nos espaços escolares, no cotidiano dos discentes e nos distintos convívios e realidades familiares, encontram-se fatores tal quais não se pode ignorar: o desemprego, a desestrutura no que tange a vícios, realidade socioeconômica, baixa-renda, fome, desnutrição, problemas de saúde graves, obesidade infantil, habitações inabitáveis, drogas, abuso doméstico, mães-solteiras, pobreza, desigualdade social, descenso social, etc. Todos esses aspectos aqui referenciados, além de vários outros, são o ponto nevrálgico da questão no que tange a reflexão do porquê há a necessidade da inserção do

profissional do Serviço Social nos espaços escolares e a construção do saber voltado a prática de intervir junto ao professorado.

IAMAMOTO (1998) elucida que:

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte de rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMMOTO, 1998, p.75).

A partir do pressuposto da autora, o assistente social tem, dentro dos espaços escolares também, as funções educativa-organizativas para com as classes menos favorecidas, pois este reflete e discute situações vivenciadas no contemporâneo, buscando dialogar e estabelecer uma consciência desse alunado. Uma outra pesquisa que se aplica a afirmação da autora referenciada, está na coleta dos dados disponíveis no e pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2001, em publicação no livro intitulado “O Serviço Social na Educação”, tal qual o Conselho afirma que “os problemas sociais a serem combatidos pelo assistente social na área da educação são: baixo rendimento escolar, evasão escolar, desinteresse pelo aprendizado, problemas com disciplina, insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, vulnerabilidade as drogas e atitudes e comportamentos agressivos e violentos” (CFESS, 2001, p.23).

Conclui-se, todavia, que o Serviço Social voltado a prática escolar, objetiva contribuir na sanção dos problemas sociais no cotidiano de forma a intervir e ressignificar esses aspectos presentes na comunidade escolar diariamente (alunos, professores, pais e comunidade), seja no que se refere a encaminhamentos, ouvidorias, informações pertinentes, projetos educativos que promovam o cunho social e empático nas relações de ensino-aprendizagem.

2. A LEI 13.935/2019: ASSEGURANDO O SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS

Muitas são as expressões da questão social no âmbito escolar, nos mais diversos espaços, sobretudo nos contextos escolares públicos que, desde sempre, luta para combater o avanço do neoliberalismo, reconhecendo o Estado como local tal qual a educação segue sendo cada vez menos valorizada, e sempre reduzida à complementação de um desenvolvimento voltado a mão de obra boa e barata, com um viés contrário a autonomia plena do cidadão. Seu objetivo é manter o ciclo capitalista de reprodução sem emancipação.

São inúmeros os motivos dados a necessidade da criação de uma lei que suporte, defenda e auxilie o assistente social no contexto escolar. De acordo com informações divulgadas e disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) a cronologia do Projeto de Lei 3.688, que versa sobre a inclusão de profissionais assistentes sociais em escolas públicas, tem início em outubro de 2000 e se prolonga até dezembro de 2019, quando foi promulgada, transformando-se na Lei Ordinária 13.935/2019, quase vinte anos após sua apresentação pelo então deputado do Espírito Santo, José Carlos Elias. Ressalvo que, no primeiro texto do PL, a atuação do assistente social deveria ser voltada apenas para a análise e observação dos alunos, visto que existia um alto índice de evasão escolar e reprovação das séries, este profissional tinha como objetivo a minimização destes fatores.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º As escolas públicas terão assistente social em seus quadros profissionais. Parágrafo único. A função do (a) profissional de assistência social na escola está voltada para o acompanhamento dos alunos na escola e em sua comunidade. Art. 29 A implementação da determinação contida no art. 1º desta Lei dar-se-á gradualmente até o prazo máximo de cinco anos. Art. 39 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2000, p. 121).

Por ser um texto simples e subjetivo, aberto a interpretações, mais tarde, passa por uma correção de maior clareza. Fez-se necessário explicar e destacar a “justificação” que tratasse de expressar a proposta e sua necessidade além da importância dessa discussão num âmbito político, que pudesse favorecer a educação pública.

As taxas de evasão e repetência escolar, principalmente no Ensino Fundamental, infelizmente têm-se mantido constantes nos últimos

anos. Sabemos que um dos fatores fundamentais que causam o fracasso escolar está diretamente relacionado às precárias condições socioeconômicas e culturais da família das crianças com dificuldades de aprendizagem. O constante acompanhamento do(a) assistente social, como profissional especializado, visa ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas consequências advindas das dificuldades existentes. Tal atuação terá reflexos na diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do(a) professor(a), trazendo como resultado sensíveis melhorias nos níveis de aprendizagem dos estudantes. Além disso, será também de grande importância a atuação deste profissional na prevenção ao uso de drogas. A gravidade dos problemas enfrentados nas escolas e a urgente necessidade de oferecer alternativas para o seu encaminhamento levam-me a esperar significativo apoio de meus pares para a aprovação deste projeto de lei. (BRASIL, 2000, p. 121).

Este recorte reforça as discussões anteriores, nas quais se explicitaram as diversas expressões da questão social presentes no primeiro capítulo que afetam milhares destes alunos em situação de escolas públicas. Nota-se, ainda, a preocupação do elaborador da proposta, que reconhece o ambiente escolar como espaço sócio-ocupacional do assistente social, muito embora direcione a atuação para demandas superficiais que, em geral, têm raízes muito mais profundas, que só podem ser tratadas com um trabalho conjunto, dadas as condições objetivas da realidade de cada indivíduo.

Considerando que este projeto é muito complexo, cujo seu processo burocrático passou por diversas comissões e votações, acabo por destacar aqui os principais passos que nortearam a sua elaboração e efetivação: Após a apresentação do projeto, na Câmara dos Deputados, a Mesa Diretora encaminha o texto para a Coordenação de Comissões Permanentes, para sua publicação inicial, sendo posteriormente encaminhado à Comissão de Esporte, Cultura e Educação.

A primeira relatora do projeto, a deputada Mirian Reid (PSB-RJ/2000-2007), votou pela aprovação do PL. Em sua justificativa, destaca metodologias que os assistentes sociais poderiam utilizar em suas práticas para alcançar os objetivos propostos:

Em razão de sua formação, dispõe o assistente social de metodologias diversas, entre as quais o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo e o Serviço Social de Comunidade, por meio das quais pode resolver problemas que emperrem ou não ajudem o alcance do ajustamento individual e social de indivíduos, o amadurecimento pleno de grupos de pessoas ou do bem-estar coletivo (REID, 2001, s/p).

Claro que a para a nossa realidade atual, tais afirmativas podem soar um tanto quanto ultrapassada, entretanto, é preciso levar em consideração os aspectos políticos, sociais e econômicos da época em questão, de modo a compreender que a realidade que se apresentava no periódico difere-se dos nossos valores e visões atuais, nem por isso o relato deixa de estar dentro dos parâmetros técnicos.

É preciso atentar-se, todavia, para o fato de que o Serviço Social ainda sofria, na periodicidade da primeira redação, forte influência do regime militar instaurado no Brasil, que se baseava tão somente no conservadorismo, no qual “se apresentava como reprodutor das formas tradicionais do início da profissão, com uma prática paliativa, caritativa, assistencialista, prática essa reforçada pela autocracia burguesa”, segundo Viana, Carneiro e Gonçalves (2015, p. 2).

O Serviço Social configurava-se, estabelecido dessa maneira, com o único propósito de atender a duas necessidades bastante diferentes, como explica Netto (2005, p. 118):

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dóceis e, ao mesmo tempo, contra-arrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais.

Com essas mudanças em curso, o Serviço Social também precisava ser ressignificado para atender às novas necessidades, dando ênfase em suas práticas e na formação profissional (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015). Dessa necessidade surge o processo de reconceituação do Serviço Social, que buscava romper com o conservadorismo.

Como afirma Iamamoto, esse processo é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional e implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos *ideoteóricos*, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi* (2010, p. 205). É um processo que visa dar ao Serviço Social uma prática mais eficaz, com novos fundamentos teórico-metodológicos.

O Serviço Social passa então a desenvolver uma nova forma de atuação profissional, visando romper com as práticas tradicionalistas e agindo não somente com a obviedade, mas também na compreensão da realidade.

Em igual período, a deputada Iara Bernardi rejeita o PL:

Muito embora não se negue que o serviço social pode ser fator de redução das taxas de evasão escolar, repetência, distorção idade/série e de analfabetismo, na medida em que tem por enfoque o ajustamento pessoal e social do indivíduo em relação a sua "situação", não creio que uma lei federal deva tornar obrigatória sua implantação nas escolas ou incluir o assistente social no quadro dos profissionais da educação. E isto por várias razões, dentre as quais: - O respeito ao regime de cooperação, não de imposição, em que a União, os Estados e os Municípios devem organizar seus sistemas de ensino (Constituição Federal, art. 211); - O fato de o PL implicar o financiamento da assistência social, que tem fontes de financiamento próprias (Constituição Federal, art. 195), com recursos constitucionalmente vinculados à educação (CF, art. 212); - A discrepância da proposta em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo Título VI discrimina as seguintes atividades de magistério, a cargo de profissionais da educação: docência, administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, com formação em cursos de pedagogia. (BERNARDI, 2001, s/p).

Esse parecer negativo leva a uma reflexão sobre as dificuldades do reconhecimento visto a necessidade dos serviços propostos para a educação. Saliento que a inserção dos assistentes sociais no contexto escolar não se contrapõe à atividade do professor, pelo contrário, a complementa.

Outro fator importante a ser respaldado são as fontes de financiamento, que como sugere o parecer, deveria se dar a partir da Assistência Social, isentando a educação e saúde a responsabilidade que cabe a cada um desses setores. Para finalizar a análise do documento citado, nota-se a sobrecarga nas atribuições do professorado da época que, além do trabalho docente, ainda devia supervisionar e inspecionar os discentes.

No ano de 2003, foi anexado ao PL 3.688 um novo projeto de lei, o PL 1031/2003, cuja ementa discutia acerca da criação do Serviço Social nas Escolas das Redes Estadual e Municipal de Ensino Fundamental e Ensino Médio, e dá outras providências. Em seu artigo primeiro, o novo projeto sugere a criação do Serviço Social Educacional. "Art. 1º Fica criado no âmbito das Secretarias de Educação de Estados e Municípios o Serviço Social Educacional

em todos os estabelecimentos de ensino com mais de 200 (duzentos) alunos” (SOUZA, 2003).

Já em 2004, outro PL foi apensado, o 837/2003. Este trouxe em sua ementa a figura do profissional da Psicologia para compor a “estrutura funcional da escola”. Além desses, seguiu-se uma série de projetos congêneres, como os PLs 1.497/2003, 1.674/2003, 2.513/2003, 2.855/2004, 3.154/2004 e 3.613/2004 e o PL 1.031/2003 e seu apenso 4.738/2004.

Posteriormente, mais precisamente em 2007, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania definiu quem relataria a redação final, que, em mesmo ano, foi apresentada reunião deliberativa ordinária, aprovada por unanimidade. Após a aprovação, o referido documento encaminhou-se para o Senado Federal.

Somente em 2010 houve a devolução deste documento para a Câmara dos Deputados, com a apresentação do substitutivo do Senado, aprovando-a a partir de ressalvas. Solicitando diversas substituições, dentre elas, a mudança na ementa alterando o termo “Assistência Social” por “Serviço Social”, termo considerado mais adequado – e abrangente.

Neste período, as condições educacionais oferecidas nas escolas públicas brasileiras se configuraram como uma importante bandeira de luta da profissão, que buscava o real efetivo dos direitos de acesso, permanência e do ensino gratuito e com qualidade, assegurados e defendidos na Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA –1990), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 1996) e por outros dispositivos presentes no espaço jurídico.

O CFESS (2001), reafirma que as primeiras pesquisas sobre esta temática ganham força na década de 90, a partir da divulgação e ampliação do novo projeto ético-político defendido pela categoria. Diante disto, ocorrem no centro da profissão, ações coletivas que visam compreender como se efetivaria este processo no âmbito legal e social, buscando construir no âmbito dos Conselhos Federal e Estaduais prerrogativas que reunissem a atuação dos profissionais que, de forma positiva, já estavam presentes nos espaços de algumas escolas brasileiras.

Aprofundado a discussão nesta área e a consolidação gradativa deste campo de atuação, podemos verificar que em muitos estados as particularidades da intervenção do Serviço Social na Educação ganharam destaque nos espaços de organização e na agenda de nossa categoria profissional, especialmente no Conjunto CFESS-CRESS, dando origem às Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e às discussões, debates e proposições nos encontros nacionais da categoria (CFESS, 2001, p. 5).

De acordo com o CFESS (2011), os assistentes sociais passam, no que concerne aos encontros elaborados, debater sobre o Serviço Social na educação e através desse processo, criam formas de ações e intervenções em nível nacional que envolve os conselhos representativos.

As primeiras ações seguindo uma ordem de acontecimentos nos leva aos anos 2000, quando o Conselho Federal de Serviço Social solicita “[...] o parecer jurídico nº 23/2000, da Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio” (CFESS, 2011, p. 5-6). Diante disso, destacavam-se as dificuldades enfrentadas nas escolas públicas brasileiras e a necessidade positiva em ter o auxílio dos profissionais de assistência social nesta realidade.

No ano seguinte, foi realizado o 30º Encontro CFESS-CRESS(2001), na cidade de Belo Horizonte (MG). Através do evento e os debates subsequentes em deliberação, a categoria decidiu:

Que o CFESS encaminhe um documento sobre o tema com orientações para subsidiar as ações dos Regionais nos Estados, já que existem demandas dos profissionais da área. Convocar os assistentes sociais que trabalham na área da educação para discutir o tema nos Regionais. Registrar e socializar experiências na área via CFESS. (CFESS, 2001, p. 7).

Para realizar as deliberações e avançar, em igual período, foi criado, segundo o CFESS (2011, p. 6), o primeiro grupo de estudos sobre o Serviço Social nos espaços escolares, intitulado “Serviço Social na Educação”, no qual foram desenvolvidos e apresentados tópicos relevantes ao debate que tomava forma junto à categoria. Este grupo foi responsável pelas primeiras orientações aos assistentes sociais que atuavam em escolas e em simultâneo, contribuiu para a aproximação da categoria a esta nova área de ocupação.

Nos anos consecutivos, 2002 e 2003, ocorreram o 31º e o 32º encontros da categoria, tendo sido realizados nas cidades de Brasília (DF) e Salvador (BA), com iniciativas de continuidade das metodologias e estratégias anteriormente citadas. “Apontou-se para a necessidade do mapeamento das discussões sobre a inserção do/a assistente social na educação no cenário nacional” (CFESS, 2011, p. 6).

Mesmo que considerada a tramitação lenta e os vários entraves que surgiram durante esses anos seguintes e de um trabalhoso processo de lutas e convencimento na área política através dos conselhos de Serviço Social e Psicologia, no ano de 2015 pôde-se comemorar o avanço da PL 3.688/200 na Câmara dos Deputados.

Por unanimidade, o projeto de lei 3.688/2000, conhecido como PL Educação, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados nesta terça-feira, 7 de julho. O PL, que visa a inserir assistentes sociais e psicólogos na rede de educação básica em todo o Brasil, vai agora ao Plenário da Câmara para ser votado pelos/as parlamentares e, se aprovado, segue para a sanção presidencial (CFESS, 2015).

Por conta de todas as dificuldades e empecilhos presentes nos longos anos na busca pelo reconhecimento do fundamental papel do Assistente nestes espaços escolares, as categorias comemoram ainda em setembro de 2019 a esperada e desejada votação da Câmara dos Deputados, que aprovou-se, passando então ao gabinete do Presidente da República para ser sancionada e tornar-se lei. “O CFESS, com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), está na mobilização pela aprovação do projeto há vários anos, comparecendo às diversas apreciações nas comissões da Câmara e do Senado Federal” (CFESS, 2019).

O conjunto CFESS-CRESS e o CFP buscou instigar a categoria e toda a sociedade brasileira na motivação e incentivo ao Presidente a fim da aprovação do projeto. Todavia, a sanção presidencial não aconteceu, dada a ignorância e o negacionismo do governo para com as políticas sociais. “Em uma conjuntura de retrocessos e cortes em todas as áreas, principalmente na Educação, o veto imposto pelo presidente não é uma surpresa, pelo contrário, reforça o projeto de governo de dismantelar as políticas sociais do país” (CFESS, 2019).

Entretanto, mais uma vez, os profissionais, no âmbito de suas atribuições legais, buscaram soluções que viabilizassem a derrubada do veto por parte dos deputados federais. Mais ainda, criou-se um abaixo-assinado a fim de ganhar os parlamentares na busca de uma mudança no quadro já pré-definido.

Nesta quinta-feira (10/10), os Conselhos se reunirão com a relatora do projeto, deputada Jandira Feghali (PC do B/RJ) e também estão previstas reuniões e audiências com parlamentares, inclusive com a base do governo que votou favorável ao projeto. Os Conselhos também farão divulgação de material elucidativo sobre a importância da inserção destas duas profissões na educação básica do país. (CFESS, 2019).

Concluiu-se, portanto, no dia 12 de dezembro de 2019 tornou-se pública e oficial a lei 13.935 tendo sua publicação no Diário Oficial da União. Entretanto, os desafios não foram vencidos ou superados, pois ainda era preciso elaborar estratégias para a efetivação da lei em todo o território nacional.

Com o intuito de disseminar o conhecimento acerca da Lei 13.935 ainda recente, o CFESS, o Conselho Federal de Psicologia - CFP e outras instituições parceiras publicaram a “Psicólogos (a) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientação para a regulamentação da lei 13.935/2019” – versão 2021.

Este documento tão necessário objetivava o alinhamento das ações estratégicas com os Conselhos Regionais (CRPs e CRESS), que buscam alcançar os Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, as categorias e a sociedade, juntamente com as entidades da Psicologia e do Serviço Social: núcleos da ABRAPEE, ABEP, ABEPSS e Sindicatos. (CFESS et al., 2021, p. 24).

O CFESS amadurece, ao longo dos anos na busca pela efetivação de direitos da categoria, em conquistas forjadas nas lutas por esta inserção, assegurando para toda a sociedade que o nosso compromisso profissional se reafirma na defesa de uma sociedade mais justa, na busca de uma educação que se realize não isenta de entraves, mas que esses obstáculos vivenciados no cotidiano pela classe trabalhista possam contar com o preparo de profissionais capacitados e aptos para contribuir na construção de uma educação pública gratuita e com qualidade que busca e se elabora no desenvolvimento no âmbito social e humano da autonomia e da cidadania integralizada.

Lutar pela implementação da referida lei, muito além de lutar por mais um campo sócio-ocupacional para a profissão, é mostrar-se eticamente comprometido com a classe trabalhadora (NETA; SANTOS; 2022, p.64).

3. O ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO: DA PRÁTICA, DA VIVÊNCIA E DAS CONTRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NOS ESPAÇOS ESCOLARES

O estágio, segundo Pimenta e Lima (2005/2006):

“se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional relação à atividade prática instrumental. Enquanto campo do conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas”. (PIMENTA e LIMA, p. 6, 2005/2006)

A experiência do estágio é fundamental para a formação integral da categoria, independente a profissão escolhida, pois é nesse contexto que ele (estagiário) poderá relacionar a teoria e prática, através de vivências reais realizadas no cotidiano dos espaços escolares. É nesse ambiente que o Assistente social poderá desenvolver sua criatividade, independência e autonomia como futuro profissional, assim como, seu aprimoramento parcial no domínio de sua formação. Nesse sentido, podemos perceber que o estágio tem grande importância no processo da nossa capacitação e absorção da prática voltada a teoria, tendo em vista a relevância de se refletir a sua prática através dos conhecimentos teóricos apreendidos durante sua graduação.

O Estágio Supervisionado teve como principal objetivo desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes relativas à profissão no exercício da função, considerando o contato direto com o campo de estágio e a formação teórica que o curso proporciona no campo abrangente escolhido, cabe ressaltar que o estágio citado neste artigo ocorreu de forma presencial, nos últimos meses de 2022, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, no município de Marizópolis – PB.

A instituição atua não turnos da manhã e tarde, atendendo desde a turma do Pré I até o 9º Ano do. A escola em questão visa o incentivo e a participação de todos os sujeitos da instituição, dentre eles: professores, pais e a comunidade local, como meio de contribuição para a elaboração do projeto político pedagógico (PPP), pois se faz necessário a construção de um ambiente democrático e cooperativo, através de uma participação coletiva de todos.

Com isso, de acordo como seu Projeto Político Pedagógico, a instituição utiliza uma concepção organizacional que se fundamenta na questão democrática e participativa, buscando a participação e o empenho de todos, nesse sentido, a escola precisa levar em consideração as especificidades de cada um, permitindo a liberdade de expor suas ideias.

No que se refere a acessibilidade e ao atendimento de alunos com deficiências e/ou necessidades especiais a escola dispõe de estrutura para acolhe-los, o que é uma somatória positiva na sua composição e receptividade. A estrutura da escola é adaptada para receber cadeirantes ou pessoas com deficiência física, pois possui rampas ao invés de degraus que, em sua obra inicial, impediu a locomoção das pessoas que necessitavam usar os espaços. Os banheiros também são adaptados o que facilita a possibilidade de atendimento futuro a crianças com essas – ou outras – condições especiais. A escola possui sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, além de ter um suporte em parceria com a Coordenação de Educação Inclusiva da rede municipal, onde a instituição encaminha os pais/responsáveis com os alunos que necessitam de atendimento e acompanhamento especializado, para o assistente social, psicólogo e psicopedagogo da secretaria de educação.

A escola é composta por famílias majoritariamente na realidade de donas de casa, analfabetos funcionais, os quais tem pouca ou quase nenhuma escolaridade – e em sua maioria, pessoas que não concluíram nem o ensino fundamental. A grande parte vive apenas de um salário mínimo ou da ajuda de programas do governo federal, como o bolsa família, fome zero, Brasil sem fome, etc. Dentre esses pais, os que são CLT, são profissionais que trabalham nas adjacências, devido à falta de desenvolvimento e infraestrutura do município onde vivem – salvos os que são empregados pela prefeitura.

Apesar de valorizar a realização de projetos e programas institucionais, a escola não dispõe de muitos recursos para efetiva-los. Dessa forma, são realizados apenas dois programas, advindos da Secretaria de Educação, o Novo Mais Alfabetização e o Estágio Remunerado, que buscam melhorar o desenvolvimento dos educandos em suas habilidades e competências educacionais, favorecendo o desenvolvimento da aprendizagem nas respectivas áreas de formação.

As práticas de observação e regência do estágio realizaram-se, mais precisamente, com alunos do Fundamental I e II constituída por, aproximadamente, 180 (cento e oitenta) alunos com faixa etária de 5 a 13 anos, durante o turno da manhã e tarde. Já nos primeiros dias de acompanhamento diário, alguns docentes analisaram alunos que apresentavam sinais que remetiam a necessidade de acompanhamento com os profissionais da secretaria de educação (assistente social, psicólogo e psicopedagogo), por apresentar traços do espectro autista, TDAH, déficits de atenção, etc.

Por não possuir formação adequada, o professorado precisa conversar com os pais destes alunos e, obviamente, com a coordenação escolar para que a mesma seja encaminhada para os profissionais que poderão dar um possível diagnóstico e, dessa forma serem planejadas ações para que esses alunos não venham ser prejudicados.

Por ter sido um período de encerramento do ano letivo e a volta desses alunos para a sala de aula no que tange as aulas de modo presencial, houveram algumas dificuldades de adaptação. O estágio começou mesmo na semana de fim de bimestre, início do último bimestre letivo, onde as crianças estavam voltando à realidade presencial e eu pude observar e aprender com a gestão escolar como lidar ou tentar, pelo menos, com algumas situações difíceis dentro dos espaços escolares, tais como: aluno que não queria ficar em sala-de-aula e chorava para a mãe (ou responsável) vir buscá-lo, diferenças no nível de desenvolvimento das crianças, por exemplo, enquanto algumas crianças sabiam escrever seu nome e sobrenome, outras não sabiam escrever nem a primeira letra sem nenhum acompanhamento profissional, enquanto alguns tiveram o reforço familiar (ou professores particulares), pode-se notar que outros não tiveram esse suporte, seja porque os pais não tinham o conhecimento necessário para acompanhá-los (visto que muitos não concluíram o ensino fundamental ou sequer se alfabetizaram) ou por não se preocuparem com o desenvolvimento social – e o preparo – dos filhos, dentre outros fatores que impossibilita a aprendizagem e o desenvolvimento parcial de forma homogênea dos alunos, o que precisa ser observado e planejado para que nenhuma instituição atrasasse esses aspectos de desdobramento social.

Conforme projetadas as atividades, através de ações democráticas participativas, todas elas pelos conteúdos e procedimentos que possibilitassem aos discentes um espaço mais acolhedor e respeitoso com as suas vivências e realidades. Como afirma Paulo Freire (1989): “A leitura de mundo precede a leitura da palavra” Assim, pretende-se, com o PPP, a vinculação entre educação, e práticas sociais, valorizando a experiência extraescolar dos educandos: a liberdade de expressar o pensamento, a arte e o saber.

Sabe-se que o Brasil e o mundo passaram por momentos difíceis nos últimos dois anos, fomos acometidos por uma pandemia mundial causada pelo vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19 (OPAS, OMS). O vírus chegou ao Brasil por volta do mês de março de 2020 e logo se espalhou causando inúmeras morte e deixando muitas pessoas com sequelas. Por esse motivo, a Organização Mundial da Saúde (OMS), decretou o cancelamento de todas as atividades presenciais, seja comercial, educacionais ou de ordem econômica, além do isolamento e distanciamento social.

O retorno às aulas presenciais depois desse período de quase dois anos de pandemia e as experiências fornecidas através das aulas em formato remoto, trouxe preocupação para professores, gestores, pais e demais profissionais que atuam na área da educação e nos espaços escolares: Como se preparar para este retorno? Como ajudar as famílias nesse período de adaptação? Como planejar e aplicar aulas? Mais ainda, “O que eles sabem e não sabem do conteúdo a ser apresentado?” “O que eles aprenderam?” São alguns questionamentos que mais do que certo, passou a ser um quanto reflexivo para muitos destes espaços escolares.

Nesse sentido, cabe refletir sobre as condições emocionais que os alunos, pais e professores se encontraram no momento de retorno presencial. Sabe-se que o alunado e suas famílias tiveram que se adaptar a uma realidade bem diferente do que estavam acostumados, lidar com momentos bem difíceis e de rupturas. De perdas significativas e do descaso por parte dos regentes governamentais. Não foi fácil e muitos não conseguiram ter ou manter a capacidade emocional em perfeito estado para conseguir acolher a todos de maneira adequada – ou acolhedora.

Os professorados também sofreram com essa realidade: tiveram que se recriar de uma hora para outra, e buscar meios para se adaptar a esse formato remoto, foram impostos a aprender a lidar com novas tecnologias as quais não estavam habituados – ou aptos de uma modo geral, dentre outros fatores que ocasionaram num acúmulo de responsabilidades, sobrecarregando suas jornadas de trabalho, tornando-as exaustivas e pouco prazerosas.

Nesse sentido, podemos perceber que esse contexto pandêmico mexeu com as emoções de todos os indivíduos envolvidos no processo educativo e nos espaços escolares: alunos, pais e professores, gestores, psicólogos, etc. por esse motivo precisamos compreender que como ressalta Lucena et al. 2021:

As emoções são naturais do ser humano e nos últimos tempos afloraram com muita intensidade devido o distanciamento social, momentos de angústia, medos e insegurança que mesmo agora ainda estão muito presentes, são como “fantasmas” em nosso cotidiano. Porém, seres humanos são movidos a desafios e no cenário atual que se apresenta com o retorno das aulas presenciais para a educação infantil esses desafios têm que ser ultrapassados e trocados por superações e conquistas. (Lucena et al. p. 3, 2021)

Dessa forma, vemos que foram muitos os desafios enfrentados nesse retorno às aulas presenciais: dificuldade de adaptação por parte das crianças, resistência dos pais em deixar as crianças irem para a escola por medo do contágio do vírus, dificuldades no planejamento tecnológico por parte dos professores, falta de confiança dos discentes em apresentar problemas a psicólogos, falta de aproveitamento do assistente social no que tange a formação e validação dos direitos assegurados aos estudantes e sua valorização na escola. Esses são alguns dos fatores a serem trabalhados nesse processo.

Nota-se o quanto o período pandêmico acelerou problemas e acentuou desigualdades sociais, no contexto escolar principalmente, com a suspensão das aulas, nem todos tiveram acesso as atividades educacionais, devido à falta de acesso à internet ou as tecnologias digitais.

Segundo dados do IBGE 2021, 60% das famílias de escola pública não tiveram acesso à internet para acessar às aulas remotas, o que comprometeu a aprendizagem do aluno e sua relação com o professor, além da falta de acesso aos espaços sócios-educativos. Esse desvinculo com a escola pode ocasionar em abandono escolar por parte dos alunos, onde mais de 30%

das famílias não mantiveram nenhum contato com a escola e os professores na pandemia. Além disso existe a questão do desenvolvimento sócio-emocional da criança que, de acordo com os dados, 30% dessas crianças apresentaram baixa qualidade de sono e 32% foram expostas às telas por mais tempo do que o considerado apropriado.

Ao retornar à sala de aula, esses alunos demonstraram os impactos que sofreram com a pandemia e o distanciamento social e o quanto precisavam ser readaptados a nova realidade. Por isso, os autores acima citados destacam que:

A escola para muitos será algo novo, pois até então a maioria só conheceu seus professores e colegas através de uma tela via aulas remotas, sabemos que o ser humano precisa de interação social para continuar evoluindo em seu aprendizado, a troca de experiências do outro agrega em nós novos conhecimentos, habilidades e atitudes (Lucena et al. p. 6, 2021).

Nesse sentido, vivenciar a experiência do estágio nesse processo de readaptação e volta às aulas presenciais foi uma experiência profissional desafiante, mas muito rica pois, proporcionou uma reflexão sobre os desafios a serem enfrentados nesse processo e as possibilidades que irão surgir para a elaboração de métodos que supram as dificuldades existentes. Pude perceber que somente com empatia e resiliência podemos enfrentar as demandas difíceis que existem no contexto escolar e é necessário um trabalho coletivo entre a equipe escolar e a família para garantir o sucesso no desenvolvimento desses educandos que estão retornam à escola e que eles se sintam acolhidos para que assim, possam desenvolver suas competências e habilidades educacionais da maneira mais leve possível.

Trabalhar com metodologias, tem por base o canal aberto da comunicação e compreensão da realidade social dos alunos e a comunidade local. Considerando que este [alunos] raciocina seguindo estrutura lógicas próprias, que envolve conforme faixas etárias definidas e são diferentes da lógica madura do adulto, como afirma Piaget, é importante que as ações pedagógicas considerem a realidade sociocultural e o saber linguístico para não provocar ruptura entre o meio escolar e o meio familiar.

Assim, trabalhar os conteúdos e o convívio social de forma problematizadora, participativa, crítica e prática é a visão da instituição, voltada a discussão da teoria com recursos que viabilizem o processo no concreto e não somente em teoria. Nesta perspectiva, se é oferecido ao assistente social atividades abertas a experimentação com projetos pedagógicos e sociais que propiciem situações estimuladas levando aos alunos a agirem sozinhos ou em grupos, terem coragem de ousar, enfrentar mudanças, ampliando seus conhecimentos e assegurando o equilíbrio para ajustar-se socialmente.

No que diz respeito ao espaço e a oferta de material didático, a referida instituição conta com 11 salas de aula, 04 banheiros, 01 cozinha, 01 depósito, 01 secretaria, 01 diretoria, 01 sala de professores, 01 sala de vídeo, 01 biblioteca, 01 dvd, 01 televisor, 01 microsystem, 20 caixas de jogo, 01 caixa de som, 02 microfones, 01 notebook, 150 livros de literatura infantil, 02 computadores, 02 impressoras, 01 estante com divisórias para professor, 10 armários, 01 globo terrestre e 01 data show. Tais materiais (didáticos e paradidáticos) foram essenciais na construção do saber idealizado pelo Currículo Escolar.

Concernente a formação e capacitação dos profissionais, o município tem ofertado formações desde o início do ano letivo e no segundo semestre viabiliza ofertar a equipe educacional todos os conhecimentos acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A instituição de ensino tem ofertado constantes formações sobre a BNCC além de oferecer, quinzenalmente, os planejamentos para discutir e escolher a temática a ser trabalhada pautadas na BNCC.

A área da educação participa de constantes formações e planejamentos, momentos esses que asseguram o trabalho voltado ao que é preconizado pela BNCC, a mesma é analisada durante os planejamentos e formações, esse processo é conduzido pela coordenadora pedagógica onde as formações são feitas duas vezes ao ano: uma no início do ano letivo e outra no segundo semestre. O material didático trabalhado na escola está atualizado para atender as diretrizes da BNCC.

Os professores recebem orientações durante o planejamento pedagógico de como ofertar um trabalho seguindo as diretrizes da BNCC e

também como devem proceder com o processo de implantação. Processo esse que trouxe inúmeras mudanças no município no ato pedagógico, inclusive no processo avaliativo ao qual segue os parâmetros estabelecidos pela BNCC para nortear o trabalho do professor e a relação com a comunidade local.

Acerca das reuniões e Atas escolares, elas acontecem mensalmente, num período de planejamento tal qual viabiliza analisar e mensurar os aspectos e as necessidades do corpo estudantil, a permanência e a frequência dos pais e o interesse destes pelo rendimento escolar de seus filhos, assim como o contexto escolar para com a comunidade local. Tais ideias baseiam-se a partir do ideário político pedagógico presente no PPP da instituição. Nestes momentos, a equipe pedagógica, discutiu com cada docente sobre os alunos que apresentaram notas baixas nas disciplinas, apontando os possíveis motivos que os levaram as insuficiências, além do conteúdo que houve maior incidência de notas baixas e as conseqüentes ações para recuperar este conteúdo. A partir dessa conversa, aproveitamos o momento para reestruturar o livro de frequência e, junto ao professor, com o plano de aula em mãos, identificamos os conteúdos que deveriam ser remanejados/ressignificados. Além disso, conversou-se sobre o processo de avaliação, identificando os aspectos positivos tanto os pontos a melhorar, observando as propostas de avaliação e desenvolvimento aplicado a estas.

De acordo com Leontiev (2001a) e Elkonin (1987b), é necessário considerar-se, na investigação do desenvolvimento infantil, o vínculo entre criança e sociedade, ou o lugar que a criança ocupa no sistema das relações sociais em um determinado momento histórico. Portanto, a Gestão Escolar preza – e esclarece isso nas reuniões e planejamentos – pela ascensão dos discentes, tendo em vista a valorização dessa diversidade dentro da escola. O contexto social, as vivências, a relação com a comunidade local e seus pontos positivos.

Parafraseando Leonor Lopes Fávero, “[...] não é só frequentando um curso de graduação que um indivíduo se torna profissional. É, sobretudo, comprometendo-se profundamente como construtor de uma práxis que o profissional se forma” (FÁVERO, 1992, p. 65). Fica a partir desta afirmativa uma reflexão da importância do estágio na formação de nós, assistentes sociais. Mas um estágio não se faz sem a construção de ideias baseando-se em conceitos e

concepções essenciais para um desenvolvimento democrático e compartilhamento de saberes.

Para tanto, foram desenvolvidas atividades que partem dos pressupostos de assistentes sociais já estudados ao longo do curso. A ideia central tratada aqui é analisar as metodologias de intervenção inseridas no contexto da questão social nos espaços escolares em decorrência do que se presa e do que se usa. Analisando fatores externos que atuam no desenvolvimento destes espaços e prezam pela melhoria em sua totalidade para com o alunado. Concernente a isso, a escola conta com materiais de apoio de ensino especializado na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), biblioteca com acervo de livros infantis, materiais esportivos, ou até mesmo em conceitos supracitados no curso de Assistência Social. A exemplo de Vigotski (1995), que afirma que uma das vias fundamentais de desenvolvimento cultural, pela qual a criança avança nas suas potencialidades intelectuais: “a imitação, se concebida em sentido mais amplo, é a forma principal em que se realiza a influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento” (Vigotski, 1996, p.331).

De tal forma, todo o apoio ofertado pela gestão escolar, pelas secretarias municipais e pelos assistentes sociais, foi de grande benefício para com as instituições escolares local. Ocorreu uma ressignificação de conceitos para uma percepção ampla e precisa, nas implicações no e do âmbito escolar.

Pensando nisso, foram aplicadas atividades impressas, atividades no livro didático, interligadas com atividades práticas e atividades motoras. Foram utilizados inúmeros recursos tais como: vídeos de histórias de superação, confecção de materiais como roupas, adornos e enfeites de material reciclável, livros infantis, músicas, brinquedos, tinta guache para as pinturas, folhas de ofício, cartolina, cotonete, caixa de som, quadro, dentre outros. Para desenvolver as atividades, foi importante trabalhar de forma lúdica para que estes alunos pudessem ser instigados a participar dos momentos de contraturno tal qual não contava com o aumento de notas avaliativas. Eles precisavam, de fato, fazer e se entrosar porque gostavam de realizar essas tarefas, porque a pintura lhes dava prazer, porque a costura lhe remetia a uma realização pessoal e a uma conquista do desejo que se almejava realizar.

Nesse sentido, Luckesi (2000, 2005^a, 2005b) propõe uma abordagem centrada na ludicidade, considerando o ser humano em sua totalidade, contribuindo não apenas no seu desenvolvimento cognitivo, mas também emocional e espiritual. Para este autor, a ludicidade é um estado interno do sujeito que vivencia uma experiência de forma plena, não estando relacionado somente aos jogos e brincadeiras, mas está principalmente ligada a atividade interna do indivíduo de sentir, pensar e fazer.

Nessa perspectiva o autor afirma que:

Enquanto estamos participando verdadeiramente de uma atividade lúdica, não há lugar, na nossa experiência, para qualquer outra coisa além desta atividade. Não há divisão. Estamos inteiros, plenos, flexíveis, alegres, saudáveis. [...] Brincar, jogar, agir ludicamente exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente ao mesmo tempo (LUCKESI, 2000, p. 21).

Também foram desenvolvidas atividades de leitura e contação de histórias, que além de estimular a imaginação, a oralidade e a escrita, ainda exercita as conexões neurais da criticidade destes alunos, fazendo com que eles se identifiquem com as situações da história e desenvolva meios de lidar com seus sentimentos e emoções no que tange a sensação de pertencimento. Essa atitude desenvolve o gosto pela leitura, o compartilhamento do conhecimento de mundo por parte dos discentes, a percepção de valores morais e sociais, o desenvolvimento do lúdico, da observação e do senso crítico, são algumas das muitas vantagens que a contação de histórias pôde proporcionar ao desenvolvimento social destes estudantes.

É correto afirmar que as experiências do estágio são únicas e intransferíveis. Todo mundo que lidará com esse aspecto na graduação possuirá muitas e muitas laudas sobre como se sentiu. Sobre a sensação de lidar com o desconhecido à primeira vista. O medo de não se identificar com a área escolhida, de não sentir o pertencimento de imediato. E em alguns momentos o meu nervosismo ficou escancarado. A partir da construção e vínculo com os alunos foi que pude de fato prosseguir com a metodologia de intervenção planejada. Claro que preciso levar em consideração a perspectiva do ensino remoto – e em como isso transformou a nossa realidade, alterando a forma como nos relacionávamos e em como ficamos na inércia de um comodismo estudantil

por dois anos. Sinto-me privilegiada por ter realizado o que foi planejado e posto em prática com êxito.

No que tange ao eixo temático proposto e elaborado, todo apoio da administração escolar foi de suma importância para a elaboração e aplicação das propostas metodológicas. É importante reconhecer que os alunos vivem em contextos familiares diferentes, e que a partir dessas experiências pessoais, as atividades se alteram e o seu desenvolvimento também sofre alterações. Mas a equipe se esforça bastante para conseguir atender a essa diversidade – e dificuldade – e vencê-la é sempre uma meta e uma realização diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência destes pontos que este Trabalho de conclusão de Curso teve como objetivo principal medir e mensurar os variados posicionamentos de autores que discutem e reforçam a necessidade da inserção do Assistente Social nos espaços escolares. Foi observada a capacidade inegável de contribuição deste profissional no que se refere as suas possibilidades de trabalho, em destaque no que tange a questão social e na garantia de direitos pertinentes a este público. Afirmando que na área de atuação deste profissional, se associa também a família e a sociedade como um todo na elaboração e implantação de projetos voltados a mobilização e a orientação dos usuários.

A inclusão do Serviço Social nos espaços escolares representa um grande desafio para nós, isto pois, nota-se a grande responsabilidade presente na possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação por meio de ações sociais que promovem de forma metodológica o acesso e a permanência da comunidade na escola, assim como a qualidade dos serviços oferecidos e trabalhados no sistema educacional, até mesmo no que se refere aos fornecidos durante a pandemia da COVID-19, já que toda a área educacional passou por um rápido processo de digitalização, que reduziu diretamente os resultados de qualidade, já que muitos são os locais que não apresentam estrutura suficiente para a utilização do Ensino/Suporte a distância como ferramenta na qualificação e rendimento escolar.

Pensar em Assistência Social e Escola na atualidade é pensar e refletir acerca dos desafios diários, da relação escola-comunidade, da própria função social da escola e, claro, da questão social. Não é demais lembrar que, sendo a escola um espaço social histórico e dinâmico, as tendências pedagógicas não se apresentam de forma sequenciada por uma cronologia linear..., o despontar de uma não significa, necessariamente, o silenciar de outras. A possibilidade de presença de várias orientações em um mesmo período histórico evidencia a contradição, o conflito e o confronto entre diferentes, e até antagônicos, projetos educacionais e sociais.

Emerge, assim, uma reflexão detalhada da necessidade do fazer social e o que a sua discussão se propõe na preparação e no desenvolvimento de ideias, habilidades e capacidades formais. Busca, a partir disto, um crescimento total no processo de socialização escolar que visa a formação de um cidadão ou cidadã, para o exercício de uma função ou funções. A questão social tem sido uma das principais preocupações do Assistente Social no contexto escolar voltado as práticas de desenvolvimento. O que se observa é que por não se dar a devida atenção à temática em questão, muitas ações no ambiente escolar acabam por fracassar, daí a importância de estabelecer debates e reflexões pertinentes ao assunto, principalmente nesta perspectiva de ideia de (pós) pandemia. O isolamento, o medo das reações e desastres acerca do vírus e da perda de entes queridos provocaram uma mudança drástica e repentina na rotina diária de todas as pessoas, que em muitos momentos, estiveram ainda impossibilitados de procurar ajuda médica, seja para diagnosticar ou tratar a manifestação do vírus ou até mesmo outras enfermidades uma vez que os sistemas de saúde não suportaram a altíssima demanda de pacientes infectados e entraram em colapso.

Com a população impossibilitada de sair de casa, o comércio em geral parado e empresas sendo diretamente afetadas pelas dificuldades de logística para importação e exportação de produtos, tivemos também um aumento no número de pessoas desempregadas. O que acabou pela não positiva relação da escola com a comunidade e vice-versa. De toda forma, entende-se como se dá o papel de uma equipe multiprofissional da escola e como faz-se necessário que um profissional de serviço social seja inserido nessa equipe, para que contribua trabalhando a partir dessas problemáticas sociais dos alunos. Tal função do profissional busca dar suporte para todo o corpo escolar, na tentativa de auxiliá-los no combate das múltiplas manifestações da questão social vivenciada pelos discentes tanto no contexto familiar quanto no social, que são refletidas na escola. Reconheço que o trabalho do assistente social na educação é muito importante e preciso uma vez que poderá ir além do que as paredes escolares permitem, ou seja, irá buscar entender o contexto histórico do aluno e como a sua relação com a família e comunidade o influenciam.

Com arrimo nestas afirmativas, reforço o argumento do assistente social nos espaços escolares como um trabalho que requer saberes especializados e estruturados por múltiplas relações, nas quais o processo de humanização – dos profissionais e dos sujeitos com quem interage no contexto de trabalho – é continuamente forjado. A escola, como se sabe, tem importante papel na formação humana, na constituição de um homem crítico e autônomo. Para preparar esse homem comprometido com o projeto de transformação da sociedade – deslocando o eixo do mercado para centrá-lo no homem como sujeito histórico, seus sonhos devem encontrar cumplicidade entre os formadores com quem convive ao longo de sua escolaridade e vida.

É necessário que a escola entenda todo o contexto histórico, familiar e social que o aluno está inserido para junto ao profissional de Serviço Social realize uma intervenção que desenvolva melhoras para o aluno dentro da escola e que assim evite a efetivação da evasão escolar, repetição e a diminuição do índice de drogas. Sendo assim, o assistente social pode trabalhar também fazendo a mensura entre a família e a escola, desenvolvendo uma melhor relação no cotidiano dos alunos, favorecendo uma aproximação positiva entre ambas as partes.

Mesmo que compreendida à importância e a grande necessidade da inserção do assistente social nas escolas públicas, é de conhecimento social um grande empecilho no que tange a real efetivação desse profissional na referida área de atuação que nada mais é que os desafios e as limitações que a profissão enfrenta para estar inserido no contexto escolar.

Nota-se a relevância presente no profissional de serviço social para os autores aqui referenciados, isto pois, para eles, é mais do que fácil demonstrar as várias possibilidades, atribuições e competências de metodologias para a intervenção dos assistentes sociais nas várias formas de atuação dentro da realidade escolar, uma vez que esses (fatores) se mostrem fundamentais para o funcionamento da política educacional.

Concluo que o trabalho do profissional de serviço social, tem uma contribuição especializada dentro da instituição escolar uma vez que tenta envolver a família dos seus discentes e a comunidade para a melhoria do desenvolvimento dos alunos tão quanto a sua afetividade. Além de trabalhar na

busca pela aplicação da democracia na educação, realizando uma interlocução onde possibilita um compartilhamento de ideia e valores claros a população. Nesse caso, o assistente social com seu conhecimento a respeito dos direitos dos cidadãos, poderá fazer a mediação na relação entre a escola e comunidade, contribuindo assim, para que a instituição de ensino conquiste sua função social e assegurando os direitos fundamentais da população.

ANEXOS

IMAGENS DA – E NA – ATUAÇÃO

Figura 1 - Cartaz



Fonte: Marizópolis – PB, 2022, Campanha: Agosto Lilás.

Figura 2 e 3 – Palestra em sala-de-aula.



Fonte: Compilação do autor.¹

¹ Imagens coletadas a partir do evento Agosto Lilás: pelo fim da violência contra mulher, Marizópolis — PB, 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília, 2009

ALMEIDA, Ney Luís Teixeira. **O Serviço Social na Educação**. Rev. Inscrita, - nº 6, p. 19-24, Brasil, 2000. Disponível em: <<http://www.cfss.org.br/visualizar/revista>> acesso em: 16 de dezembro de 2022.

_____, Ney Luís Teixeira. **O Serviço Social na Educação: perspectivas sócio ocupacionais**. Disponível em: http://www.crss-mg.or.br/Textos_simpósio/2007.05_plenária8_neyteixeira.doc> acesso em: 20 jan. 2023.

AMARO, Sarita Terezinha Alves. **Serviço Social na Escola: O encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2011. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. **Prática do serviço social escolar: uma abordagem interdisciplinar**. Revista Serviço Social e sociedade 38. Ano XIII Cortez: 1992.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/96**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/idb.pdf>> .Acesso em 29 de julho de 2022.

_____. **Projeto de Lei 3.688, de 2000 (da Câmara dos Deputados). Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social**. Diário da Câmara dos deputados, Brasília. 2 fev. 2000. p. 121. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02NOV2000.pdf#page=121>> Acesso em: 15 de maio. 2023.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93, de regulamentação da profissão**. 9. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ÉTICA 2006. **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do (a) Assistente social/GEPE**; Recife, CTC, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil** – Revista Em Pauta: teoria social e realidade, Rio de Janeiro, n. 21, p. 117-140, Julho de 2008. Acesso em: 15. Maio. 2023.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas** / Christian Laville e Jean Dionne; tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre : Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf Acesso em: 15 Maio. 2023.

LIMA, Patricia Maria Correia Ferro de. **Atuação do assistente social na educação escolar: possíveis práticas com perspectiva inclusiva**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 17, 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/18/atuacao-do-assistente-social-na-educacao-escolar-possiveis-praticas-com-perspectiva-inclusiva>, Acesso em 01 de Agosto de 2022.

LUCENA, Sidycleide Gomes de Souza et al. **Reflexões sobre os desafios do retorno das aulas presenciais para a educação infantil**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2021. p. 1-11.

LUCKESI, Cipriano C. **Educação, Ludicidade e Prevenção das Neuroses Futuras**: uma Proposta Pedagógica a partir da Biossíntese. Ludopedagogia, Salvador, BA: UFBA/FACED/PPGE, v. 1, p. 9-42, 2000.

LUSTOSA, José. **Ao Povo e ao Governo**: O Ideário Educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no Brasil. Trabalho de comunicação oral e escrita. Anais/Fiped.2013. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2013/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_8_f6dc1b892a8cacc6eb8fc8a94bdd72.pdf Acesso em: 14 maio. 2023.

NETTO, José Paulo. **“O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois”**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETA, Marina Felisbela da Silva; SANTOS, Rôse Meire Dias dos. **CONQUISTA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: uma discussão sobre a lei 13.935/2019**, Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social (FSSO), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, 2022.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES Claudenora Fonseca. **O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade**. Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.